



Anais da Assembléia

Nº 04

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes, presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão de Instalação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Legislatura.

Na presente sessão, conforme mandamento constitucional, será lida a mensagem anual em que o Sr. Governador do Estado dá conta da situação do Estado e solicita as providências que julga necessárias.

Para receber Sua Excelência o Sr. Dr. José Hosken de Novaes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Nilso Romeu Squarezi, Hermas Brandão, Nestor Baptista, Luiz Alberto de Oliveira e Airton Cordeiro, para que conduzam Sua Excelência o Sr. Governador do Estado até este plenário.

Suspendo a sessão por alguns instantes, para aguardarmos a chegada de Sua Excelência.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está reaberta a sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

Excelentíssimo Sr. Dr. José Hosken de Novaes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Capitão de Fragata, Carlos Alberto Marques de Oliveira, Capitão dos Portos do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. General de Divisão, Paulo Campos Paiva, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.

Excelentíssimo Sr. Major Aldo Augusto Voigt, representante de Sua Excelência do Sr. Brigadeiro do Ar, João Felipe Brack, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica.

Excelentíssimo Sr. Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba.

Reverendíssimo Monsenhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Excelentíssimo Sr. Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Deputado Gernote Kirinus, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Deputado Francisco Escorsin, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(É executado o Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Excelentíssimo Sr.

Governador, Dr. José Hosken de Novaes, mui digno Governador do Estado do Paraná; Autoridades Cívicas, Militares e Eclesiásticas; Senhoras e Senhores Deputados; Senhoras e Senhores presentes; Srs. Profissionais da Imprensa. (Lê):

“Ao abriremos a sessão legislativa de 1983, da 10ª Legislatura desta Assembléia Legislativa, queremos reafirmar os propósitos de valorização do Poder Legislativo, que expressamos ao assumir o cargo de Presidente desta Casa, no último dia primeiro de fevereiro, quando da sessão preparatória de instalação desta legislatura.

Com efeito, nos últimos 18 anos, o Poder Legislativo foi usurpado de suas principais prerrogativas pelo autoritarismo que grassou no País.

Mas agora que o arbítrio felizmente vai sendo dissipado, antes pela vigorosa afirmação da vontade nacional do que pelo desejo das pessoas, a atualidade do tema de valorização do Poder Legislativo se afirma.

Perante Vossas Excelências, Srs. Deputados, reafirmo o sentido da missão que nos impusemos em nome do povo do Paraná. Haveremos de resgatar a importância do Parlamento em todos os níveis institucionais, seja no Congresso Nacional — que representa a soberania da vontade do povo brasileiro; seja nas Câmaras Municipais do Estado do Paraná — que a seu nível representam a vontade dos cidadãos do município considerado.

Quanto à esfera do Estado do Paraná — que nos diz respeito diretamente — procuraremos fazer com que o Legislativo paranaense se transforme em verdadeira caixa de ressonância da opinião pública paranaense.

Como reagir ao desgaste institucional gerado pelos últimos 18 anos de arbítrio? Através do diálogo franco, primeiro com as lideranças representativas da sociedade organizadas — que iremos buscar em cada recanto do Paraná.

Depois, através da transformação desta Assembléia no verdadeiro foro de debates da realidade brasileira e paranaense, através de conferências, seminários, encontros e reuniões técnicas em que ouviremos do trabalhador ao estudante, do empresário ao pesquisador acadêmico.

Ademais, pela ação que pretendemos operosa e disciplinada de nosso corpo de funcionários — os quais deverão estar treinados, motivados e remunerados à altura de sua importante missão de assessoramento aos Srs. Deputados.

Mas, Senhores, para o sucesso desta proposição de afirmar a Assembléia Legislativa, dentro da nova quadra que o Brasil e o Paraná passam a viver, dependemos sobretudo dos Srs. Deputados — representantes, cada um de per si, da essência soberana da vontade política dos cidadãos paranaenses.

O Deputado Estadual simboliza a comunidade do Estado Federativo, nas suas aspirações, potenciais e problemas.

Concebemos o Estado federado não como uma unidade meramente administrativa, mas como um ente político de expressão constitucionalmente autônoma congregado numa União Federal, livre e soberana.

Em decorrência, concebemos com a mesma amplitude o papel de Deputado Estadual. Ele é objeto de observações como membro principal deste Poder e como porta-voz do povo paranaense na esfera legislativa.

Vejo, em alguns dos Senhores, o dirigente político amadurecido nas lides partidárias e eleitorais, que se devotou à sua gente como definição de vida pessoal.

Em outros, observo o jovem político idealista e vibrante, que chega pela primeira vez, ungido pela seleção de seus coes-taduanos.

E, depois de muitos anos, mais precisamente de 1947 com a Assembléia da redemocratização, vejo assentadas no plenário duas mulheres, que representam a presença feminina para realçar e valorizar esta Casa de Leis.

A todos saúdo com a expressão de meu mais profundo respeito. Que juntos, possamos dar ao povo paranaense aquela representação parlamentar, legislativa e política que ele espera ao nos confirmar nos mandatos. Juntos haveremos de vencer o desafio histórico de fazer um Parlamento democrático, após uma geração de autoritarismo.

Agradeço a presença ilustre do Governador Hosken de Novaes, que em cumprimento a mandato constitucional, veio prestigiar esta Casa de Leis, sendo merecedor de nossa admiração e respeito”.

Muito obrigado.

Tenho a honra de conceder a palavra a Sua Excelência o Sr. Dr. José Hosken de Novaes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que faça a leitura da Mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicita as providências que julga necessárias.

O SR. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Deputado Trajano Bastos.

Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Capitão de Fragata, Carlos Alberto Marques de Oliveira, Capitão dos Portos do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. General de Divisão, Paulo Campos Paiva, Comandante da 5.^a Região Militar e 5.^a Divisão de Exército.

Excelentíssimo Sr. Major Aldo Augusto Voigt, representante de Sua Excelência do Sr. Brigadeiro do Ar, João Felipe Brack, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica.

Excelentíssimo Sr. Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba.

Reverendíssimo Monsenhor Vicente Vítola, representante de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Excelentíssimo Sr. Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Deputado Gernote Kirinus, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. Deputado Francisco Escorsin, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Meus Senhores e Minhas Senhoras, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente há pouco, disse que eu cumpri o dever, e que ele me agradecia de comparecer a esta Assembléia Legislativa, na sua sessão inaugural, para prestar contas e apontar as medidas necessárias à solução dos problemas do Estado.

Na verdade, a Constituição da República Brasileira e a Constituição também do Paraná, dizem que o Governador remeterá Mensagem à Assembléia Legislativa expondo a situação do Estado, e sugerindo as medidas que julgar necessárias.

Mas um entendimento é que o Governador, assim, como — talvez não propriamente, não posso estender a tese ao Presidente da República e a dúvida. Mas em relação aos Estados, se entende pacificamente que o Governador pode remeter a Mensagem ou pode comparecer pessoalmente. Eu me decidi pelo comparecimento pessoal.

Acho muito bom a convivência com a Assembléia Legislativa, a convivência com os representantes do povo, a convivência com os Srs. Deputados. Se nós nos aproximarmos, se nos conhecermos melhor, se tivermos um para com o outro mais simpatia, as coisas marcham muito mais fácil. E os resultados de Governo são muito maiores, muito melhores. Nunca tive nenhum preconceito no relacionamento com as Assembléias.

Fui Prefeito de Londrina cinco anos e três meses; fui Prefeito eleito em 1963, e em 1964 participei da Revolução aqui no Palácio com Ney Braga, ele me chamou e disse que tinha um compromisso com o movimento que ia eclodir. Participei com ele do movimento, porque as minhas convicções eram favoráveis à operação da situação então reinante.

Como Prefeito, repito, convivi muito bem com os Vereadores, inclusive da Oposição. No final, eles me acusaram de ter aplinado a Câmara de Vereadores, porque não havia mais Oposição. Eu, na verdade, trato os representantes do povo com muita consideração. Nego-lhes aquilo que não posso dar e não devo dar. Mas tudo o que eu posso fazer para os representantes do povo e por intermédio do representante do povo, eu faço. Dou-lhes oportunidade de servir à comunidade e aceito suas sugestões, suas solicitações, quando procedentes, com muita satisfação e com muito gosto, porque na verdade eles têm uma função muito importante de ligação do Governo com o povo; eles mantêm, e devem manter, contato permanente com o povo.

Por intermédio dos Vereadores, recebia as notícias mais recônditas do Município de Londrina, as pequenas e as grandes coisas, às vezes. E por intermédio deles, agia e atuava correspondendo às necessidades evidentes da comunidade. Eu me decidi pois, para deixar uma impressão de amizade, uma impressão de agradecimento e uma impressão de reconhecimento, de gratidão à cordialidade com que vivi com a Assembléia. Dentro desses dez meses, me decidi a comparecer aqui e testemunhar o meu apreço, a minha estima, e vamos dizer assim, o meu respeito à Instituição.

Penso que a Instituição se valoriza, como o homem, pelo trabalho, pela correção, pelo despreendimento e pelo desinteresse em defesa da comunidade, dos direitos do povo. Quando elas se excedem, quando elas abusam, quando elas perdem o sentido social da realidade humana, elas vão, naturalmente, aviltando-se, vão, naturalmente, perdendo a seriedade, o que é um grave perigo para a instituição democrática de um País.

Felizmente, nestes dez meses que tive aqui em convivência com a Assembléia Legislativa, não tive problemas, vivemos muito bem, os Srs. Deputados foram muito corretos, tanto os do meu Partido como os dos Partidos de Oposição, e a convivência se deu em alto nível, em nível respeitoso, de Poder para Poder. Nunca pedi à Assembléia o que ela não devia ou não podia fazer. E os Srs. Deputados também nunca me pediram ou insistiram em pedido que redundasse em ato menos digno de minha parte.

Sou muito agradecido aos Srs. Deputados da Legislatura passada e da atual. Também recebi manifestações de amizade,

de apreço e de consideração.

O Sr. Presidente tem sido muito amável, já tivemos vários encontros, e o nosso entendimento tem sido perfeito.

Hoje, aqui estou, para manifestar o meu reconhecimento, a minha amizade e a minha confiança nesta Assembléia, Assembléia que nasceu de eleições livres, eleições disputadas com toda liberdade, num clima em que raramente se vê tanta possibilidade de falar e de agir, sem qualquer cerceio, sem qualquer constrangimento, porque foi propósito do meu Governo, continuar a administração de Ney Braga, fazer aquilo que fosse possível na área de obras e serviços, na área material.

Mas, o propósito primeiro de meus dez meses de governo seria: dar tranqüilidade, paz à comunidade paranaense e dar aos políticos, a todos eles, sem distinção, inteira segurança e liberdade, para pleitear e postular perante o povo, uma posição política, uma posição de poder.

Sinto-me inteiramente recompensado por esta atitude.

Quando me perguntam: "o que é que o Senhor fez?"

Fiz, principalmente isto, que deve ser objetivo primeiro de qualquer autoridade, de qualquer Poder: dar paz, tranqüilidade, justiça, ao povo de uma terra, ao povo de um Estado, ao povo de um País. Eu não estava preocupado com obras, com serviços; estava preocupado em dar ao povo a impressão de que era e sou um homem justo, capaz de servir sem se servir. Foi o que eu fiz nesses dez meses de governo.

Os Srs. Deputados, todos são testemunhas de como eu me esforcei para debelar crises, para demover abusos e para garantir eleições livres. Essas eleições se realizaram e todos reconheceram que o Paraná, de fato, viveu uma grande hora democrática, nas eleições de 15 de novembro.

Vou agora ler a introdução, ou parte da minha Mensagem. Não vou ler toda porque, dentro da Mensagem, nos relatórios, há notícia pormenorizada do que se fez, do que se realizou, e de como o Governo atuou nesses quatro anos: três anos e dois meses Ney Braga e dez meses eu, que assumi em 15 de maio do ano de 1982.

Como intróito, digo o seguinte:

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Compareço com muita honra à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para cumprir o dispositivo constitucional que determina a remessa de Mensagem a esta Casa, dando conta da situação do Estado.

Sou muito grato pela presença dos nobres Deputados, das Autoridades componentes da Mesa e das demais Autoridades e Amigos que se encontram no plenário.

Agradeço, de maneira especial, a atenção que nesta hora me dispensam, ouvindo a minha Exposição que pretende resumir o Relatório de Prestação de Contas, o qual apresento com rigor, as realizações do Executivo Estadual no último exercício deste período governamental, iniciado em 1979, com o Governador Ney Braga e por mim completado, ou em curso de se completar, dando seguimento às diretrizes do Plano de Governo de alto cunho social, em que a valorização do interior foi a nota dominante.

Agradeço também a atenção que for dada ao texto completo da Mensagem, pois por ele se terá a exata idéia do que se fez, do trabalho que se fez e das diretrizes gerais da ação administrativa do ano de 1982.

De minha parte, mostrei preferência pelos fracos, pelos humildes, realizando obras e serviços que alcançassem os mais pobres, os mais dependentes, os mais desprotegidos, aqueles que precisam mais da ação social do Governo.

Penso que pratiquei o bom ideal de servir, que não perdi o senso da medida. Agi como tinha de agir, com tolerância e simpatia humana, mas decido a assumir posições claras e definidas como assumi, buscando sempre a coragem bastante para aplicar a lei e promover o interesse geral.

O ditame da lei, humanamente interpretado, é que me

animou e me fortaleceu.

No desempenho das funções inerentes à Chefia do Poder Executivo, sempre contei com o apoio dos ilustres Membros do Poder Legislativo, eloqüente sinal de suas vocações democráticas, que permitiram um permanente clima de harmonia e cooperação, para defesa dos interesses maiores do nosso Estado.

Quero destacar também, de modo especial, a serena atuação dos integrantes do Poder Judiciário e o espírito de cooperação que presidiu o seu relacionamento com o Poder Executivo, relacionamento neste momento excelente, com a Presidência do Dr. Alceu Machado, Alceu Conceição Machado, aqui ao meu lado, eleito há pouco tempo, Presidente do Tribunal de Justiça, uma personalidade de escólo, um homem de excelente convivência como os senhores todos sabem e como os senhores todos conhecem.

Aos companheiros do Executivo, desde os auxiliares mais diretos até os mais humildes servidores, desejo manifestar o meu mais profundo reconhecimento, pelo seu trabalho dedicado, muitas vezes anônimo e distante da glória, mas sempre reconhecido pelo bem que significa.

Vivi muito bem com as autoridades militares, autoridades militares da área federal; os poderes militares deram-me toda atenção e apoio, e eu saio do Governo admirando mais as nossas Forças Armadas, o nosso glorioso Exército Nacional, a nossa Marinha e a nossa Aeronáutica. Essas autoridades, eu tive ocasião de observar, de sentir, de ver e comprovar. Homem do interior, pouca convivência tive eu com as autoridades militares; na minha cidade não existe qualquer batalhão, qualquer destacamento militar — da convivência com essas autoridades eu vi o grande respeito que têm pela autoridade civil; quando eu era Vice-Governador, praticamente nada, apenas uma hipótese, pois nessa época em que eu era Vice-Governador, a atenção das autoridades não era maior nem menor que a atenção que eles me dão hoje; a eles eu expressei também os meus agradecimentos por essa cortesia e por esse superior entendimento do respeito às autoridades civis.

Encontrei, enfim, da parte de todos, simpatia e espírito desarmado, predisposição completa de colaboração e empenho de acerto.

O ano de 1982 — o ano de 1982, assinalado por profundas modificações econômicas, sociais e políticas em nosso País, teve reflexos importantes no Estado do Paraná e deixou marcas profundas em nossa vida social e política; dentre a multiplicidade desses reflexos que era o exame da Mensagem, permite apreciar, quero destacar dois grandes marcos: uma conjuntura econômica difícil, que impôs uma rigorosa contenção de gastos, e o momento político de abertura, que exacerbou e estimulou as reivindicações sociais, acentuando as dificuldades na área de ação do Estado e dos Municípios.

Os problemas de natureza econômica cuja superação é um desafio à sociedade brasileira, concentram especiais dificuldades no relacionamento com o resto do mundo. De fato, o desejado crescimento das exportações não apresentou condições favoráveis, no ano passado, principalmente no que se refere aos produtos primários, pois seus preços internacionais tiveram uma evolução desfavorável, atingindo diretamente o nosso Estado, cuja atividade produtiva depende, em grande parte, de vendas ao exterior.

Realmente, o Paraná foi atingido pela queda dos preços da soja e seus derivados no mercado internacional, e por um menor volume, nas exportações de café; além disso, registraram-se perdas na produção de feijão, milho e trigo, em razão de fenômenos climáticos. Os reflexos dessas ocorrências sobre a arrecadação tributária, podem ser observados no comportamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, principal fonte de receitas da Administração Pública Estadual, que cresceu apenas 87 por cento em 1982, enquanto o índice inflacionário do

exercício atingiu quase cem por cento. A contenção de gastos foi uma decorrência inevitável, e o Governo que não souber conter gastos, estará perdido nos momentos de crise.

Os programas em execução tiveram de ser ajustados a essa realidade, e se passou a agir rigorosamente dentro das possibilidades financeiras do Tesouro Estadual, de modo a não se perder o controle da situação.

Grandes foram as nossas preocupações com a situação dos mais pobres, as suas dificuldades e a sua luta pela sobrevivência. Foi idéia do Governo criar benefícios fiscais para favorecer os mais carentes e facilitar a alimentação e a casa própria do homem assalariado, mas em berços próprios do sistema tributário nacional que deve ser reformulado não nos permitiram medidas especiais nesse sentido, em decorrência da obrigatoriedade e da uniformidade da alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Fez-se uma anistia fiscal — Lei n.º 7.264, de 05 de julho de 1982 que deu ótimos resultados sob o ponto de vista da arrecadação. Em momento difícil e que teve salutar repercussão na vida das empresas, pelo afastamento da ameaça de execuções judiciais que as levariam à impotência, senão ao colapso ou destruição.

AS FINANÇAS DE 1982 — Não vou ler este capítulo, porque praticamente nós reproduzimos aqui o que publicamos no Diário Oficial e, em quase toda a imprensa do Paraná, o assunto foi bem esclarecido e está aqui reproduzido em linhas gerais. É um assunto difícil de se guardar pela mera leitura, pelo que eu me dispense de ler e peço a todos que tomem conhecimento das finanças do Estado pela leitura do Diário Oficial e pela imprensa do Paraná, onde os relatórios dos Secretários do Planejamento e Finanças, os relatórios dessas duas Secretarias foram publicados amplamente.

Temos uma dívida de 105 bilhões de cruzeiros, 80 bilhões em dólares, 20, 25 milhões em cruzeiros. É uma dívida que eu não direi cômoda, mas é uma dívida razoável, dentro de um orçamento de 326 bilhões e é sem dúvida, uma posição boa dentro do panorama nacional. Acho que houve muito endividamento de 1964 para cá. Para mim, para o meu estilo, para minha concepção de governo foi um erro e a facilidade com que se deu o empréstimo aos municípios foi um desastre. Estamos sentindo aí a gravidade da situação, porque os nossos Prefeitos muitos deles não podem governar porque não têm o imposto principal que é a participação no ICM, empenhado por dívidas dos seus antecessores.

Não tivemos participação alguma nessa política e procurei obstá-la, impedi-la, cerceá-la, mas ela estava em curso, já vinha de longe e era inevitável esse endividamento que está pesando nos municípios, e sem dúvidas causando apreensões à comunidade paranaense. Isso vai redundar em aumento de impostos na área municipal, vai redundar em novos empréstimos, empréstimos caríssimos e isso é muito desagradável e o futuro Governo naturalmente há de estudar medidas para passar essa situação, amparar evidentemente os municípios, mas levar aos municípios a disciplina financeira e a obrigatoriedade da contenção de despesas.

A nossa época é, sem dúvida, uma época de exigências, é uma época em que todo o mundo quer consumir, em que todo o mundo quer gastar, em que todo o mundo quer serviços e comodidades. Isso naturalmente gera para o Governo, obrigações maiores, mais amplas e naturalmente exigindo mais recursos. Vivemos uma época de intenso movimento e crescimento da demanda de serviços públicos, não só em razão do aumento da expectativa de melhor qualidade de vida, como também em razão do agravamento de problemas sociais, como por exemplo, o desemprego e o aumento da criminalidade.

Essas condições são agravadas pelo continuado processo de migração interna com deslocamento de populações da área rural para as cidades, pressionando ainda mais a demanda de

serviços públicos. Um dos pontos que têm merecido a atenção de toda a população e tem motivado manifestações da liderança, é o problema dos serviços de segurança pública, cuja atuação não vem conseguindo alcançar as necessidades de completa extinção do crime e satisfatória proteção às pessoas e ao patrimônio. E o pior é que a criminalidade está avançando para o meio rural e nós estamos desaparelhados no meio rural. Onde não são poucos os atos de violência e de roubo de produtos agrícolas armazenados em fazendas, cooperativas e unidades agrícolas de benefício em geral. Valem-se os criminosos da distância e do isolamento dos campos, para a prática de seus malefícios.

Evidente é que o Governo tem de responder a esses desafios. E isso nos preocupou bastante. Tivemos há poucos dias reunião com as cooperativas, o Secretário da Segurança com presidentes de cooperativa, traçaram normas para a ação de proteção dessas áreas do meio rural, onde se encontram essas unidades produtoras e de benefício. Medidas estão sendo estudadas, isso envolve, exige mais recursos, e a verdade é que esses recursos não são amplos para o completo atendimento de todas as necessidades: nesse setor, na saúde, no ensino, pelo que, eu reclamei, e os presidentes de cooperativa decidiram-se a participar com o Estado dos recursos necessários a uma ação de defesa do meio rural, onde os crimes que aí estão proliferando e se manifestando de uma forma alarmante.

Exigente são ainda as áreas de educação e saúde, o aumento crescente de pessoa, principalmente decorrente das aposentadorias prematuras e as dificuldades de disciplina nesses setores constituem outros desafios, quer de aplicações, quer de ideação e composição de novas estruturas legais. Temos que, criar novas medidas de disciplina legal na área do Magistério para conseguirmos uma eficiência capaz de reduzir os gastos pesadíssimos que nós estamos tendo nessa área.

Dificuldade financeira dos municípios, tema que, eu me referi há pouco ligeiramente, aqui eu digo o seguinte:

Outro grande problema que chega até os dirigentes do Executivo Estadual, é a já crônica dificuldade financeira dos municípios que, em 1982, atingiu níveis muito aflitivos como notoriamente se sabe. Embora seja um problema de outro nível de governo o dos municípios, a dificuldade financeira repercute na execução dos programas de governo, quer em face da unidade das exigências coletivas, quer em razão de muitos serviços públicos serem executados em regime de cooperação, com responsabilidades divididas com o Executivo Estadual, como por exemplo, serviços de educação e de conservação de estradas, sendo que a deficiência de execução de uma parte pressiona a outra. O que é aconselhável, é a minha opinião pessoal, o que é aconselhável é tornar efetiva a divisão de atribuições de cada esfera de governo, cada um fazer o que é seu e o que lhe compete e cumpridas as suas obrigações, voltar-se o Estado para a ajuda e o auxílio às localidades mais carentes, incapazes manifestamente, de cumprir a sua missão e de promover o bem comum.

Todavia, a comprovação desta realidade, a incapacidade dos municípios tem como consequência a necessidade de revisão dos critérios de divisão territorial e de severo realismo na criação de novas unidades comunais.

Realizações mais significativas. Não pretendo nesta abordagem enumerar todas as realizações do Executivo. Isto tornaria exaustiva e pretensiosa esta exposição; mesmo porque a ação do Governo se acha suficientemente exposta no relatório que integra esta Mensagem. No entanto, é de se ressaltar alguns pontos que caracterizam a atual administração e que exprimem a atenção dedicada aos aspectos sociais, numa visão segundo a qual o Homem é, efetivamente, o maior destinatário de toda a ação do Governo. À preservação do meio ambiente foi conferida adequada importância. A maior parte da população estadual é testemunha da efetiva redução nos índices de poluição nacional. Um grande problema da sociedade moderna.

A proteção de áreas específicas no Litoral, e nos manan-

ciais em várias regiões do Estado, foram objeto de viva atenção; bem como igualmente o controle sobre a poluição industrial.

Há que se mencionar também o desenvolvimento do Projeto Noroeste, instrumento de grandes investimentos no controle da erosão urbana e rural.

O apoio aos municípios foi significativo, com a realização de obras pelas Secretarias de Estado e respectivas vinculadas, bem como mediante a transferência, no ano passado, de 4 bilhões e 700 milhões de cruzeiros pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, proporcionando a construção de 1.256 outras, definidas como prioritárias pelas lideranças municipais.

Além disto, as estruturas de assistência técnica e prestação de serviços foram expandidas e interiorizadas, também com o propósito de ajudar as comunidades do interior.

Campo Social. Na área de educação, objeto muitas vezes de crítica e incompreensão, é justo destacar o vulto dos gastos, não só na construção de prédios, 1.059 salas em 1982, mas também no aprimoramento dos recursos humanos do Magistério. Inclusive na valorização funcional das respectivas carreiras. Preocuparam-nos e muito, os assuntos na área educacional, assim como aqueles inerentes à saúde, segurança, justiça, enfim, todos aqueles ligados diretamente ao bem-estar pessoal e que atendam as necessidades essenciais para a valorização humana.

Fez-se o possível para ampliar a atividade assistencial do Estado. Todavia, a limitação de recursos se não permitiu fazer tudo o que era necessário e se desejava, algo de positivo se alcançou no setor. Está em conclusão — e isto é obra do meu tempo, e os Srs. pelas obras, pequenas obras do meu tempo, vão sentindo a minha tendência, vão percebendo os meus sentimentos de simpatia humana e de preocupação pelas áreas mais humildes, mais desprotegidas, as áreas mais pobres, , mais dependentes da ação social, está em conclusão e a inaugurar neste mês a Hospedaria do Migrante, do homem que está solto na cidade. A família perdida, sem recursos, sem meios, sem alimentação, sem abrigo, sem roupa, sem teto, sem calor, esta família vai ser recolhida a esta Hospedaria que é uma obra bem razoável e abrigará 250 pessoas a 300 mensalmente. Realizando assim um velho anseio da população de Curitiba.

Dinamizaram-se os Centros de Triagem, e se contratou realizando um velho anseio dos paraplégicos, a construção da "Casa do Paraplégico". É obra minha também, que eu devia ter feito até dezembro, não foi possível, os recursos não vieram, nós fizemos o contrato para a construção da "Casa dos Paraplégicos". São esses homens que vivem chumbados numa cadeira de rodas, numa cama e vivem numa casa miserável, que nem condições de locomoção, dá a essa população carente. Essa construção foi contratada, a verba separada e creio eu que é a única obra que deixo para o meu sucessor, mas com verba destinada, separada e o problema perfeitamente equacionado. Se Deus quiser, acredito que a "Casa dos Paraplégicos", será terminada e então quero ainda ir à "Casa dos Paraplégicos", que é no local onde eles vivem, e do qual foram retirados provisoriamente, para que ali se edificasse um prédio que se denominará: "A Casa do Paraplégico". Achei que deveria ser em um outro lugar, mais amplo, mais largo, mais espaçoso, mas os paraplégicos não queriam; eles não queriam sair daquele lugar. E era inútil eu entender que outro local fosse melhor, porque afinal de contas eu não tinha o direito de sobrepor o meu gosto, ao gosto dos paraplégicos, a quem a obra se destina. Por isso a casa velha está sendo demolida, e uma nova vai se erigir naquele local; a construção da "Casa do Paraplégico" fica à Rua Quinze de Novembro, número 2.775, aqui na Capital.

"Sob a coordenação do Instituto do Menor - IAM, 59.089 menores carentes receberam assistência; seja, diretamente, nas unidades oficiais, seja através de entidades sociais particulares, de assistência, mediante convênio. Deu-se também, atenção a

pessoas itinerantes com serviços de albergaria, na tentativa de aliviar as dificuldades dos menos afortunados.

Na área da saúde foi dada continuidade à ação preventiva através de programa de atendimento escolar, complementação alimentar e de campanhas de vacinação, com 6.508.645 doses aplicadas, no exercício.

Procurou-se aprimorar o serviço em todos os níveis, particularmente na consolidação do sistema estadual de saúde, em sua mais recente configuração, estruturada a partir da Fundação "Caetano Munhoz da Rocha".

O saneamento básico, de grande importância para a preservação da saúde da população, mereceu atenção particular. Mais 10 cidades e 21 distritos foram incorporados ao Sistema da SANEPAR, que atinge, atualmente, 299 municípios, beneficiando quase 4 milhões de habitantes.

No que se refere a esgoto-sanitário, foram feitas, 38.355 novas ligações domiciliares, ampliando em 20% os níveis de atendimento. A COAPAR construiu mais 8.756 casas populares, totalizando 33.198.

Ao final de 1982, mais 5.169 unidades encontravam-se em construção e 17 mil outras, sendo negociadas com os órgãos do sistema de habitação em fase de projeto.

A Segurança Pública, aqui volto ao assunto, que é o assunto do dia; é o assunto que está desafiando o Brasil, o Paraná, a sociedade paranaense, e que depois, no final, nas minhas notas particulares vou dizer o que penso também do assunto e de como enfrentá-lo.

A Segurança Pública continua a ser problema difícil e desafiante; mas se fez alguma coisa; e a repressão ao crime colheu apreciáveis vitórias. A verdade é a seguinte: nós temos tido bom êxito na repressão ao crime; na apuração do crime e na prisão dos criminosos. Mas nós não estamos dando a necessária proteção preventiva. E isto é no Brasil inteiro. As pessoas são surpreendidas, atacadas, são eliminadas ou feridas gravemente por criminosos que surgem das sombras e intempestivamente e de indivíduos muitas vezes normais, mas que tangidos pelos vícios dos tóxicos, tornam-se os agentes criminógenos mais perigosos da sociedade moderna do mundo inteiro e do Brasil e do Paraná.

Não temos atendido, não temos conseguido no campo da prevenção, evitar esses crimes terríveis que abalam a consciência brasileira e a consciência de nós todos do Paraná.

Na prevenção, grandes esforços estão sendo feitos, inclusive com a instalação de módulos, que já se conseguiu alguma coisa nas principais cidades do Paraná.

No decorrer do ano de 1982, foram concluídos 93 prédios policiais, 18.896m², adquiridos 151 novos veículos para apoio à modernização do serviço, instalados 84 postos de identificação. No plano organizacional foi definida uma nova estrutura de responsabilidade para o pessoal integrante das novas carreiras. É um problema grave, problema de pessoal na Polícia. Objetivando, sobretudo, o aprimoramento da função policial e a valorização do homem-polícia, foram ampliados vários dos quadros efetivos. Eu mesmo tive ocasião, em decorrência de lei existente, de ampliar o quadro da Polícia Civil e da Polícia Militar na tentativa de dar mais segurança ao povo paranaense.

Incorporaram-se na Polícia Civil mais 400 homens e na Polícia Militar, cujos efetivos estão longe das reais necessidades, porque hoje não existe mais guarda-municipal; toda nossa polícia preventiva está nas mãos da Polícia Militar. Existem os guardas particulares, empresas, alguns prédios e talvez as guardas urbanas ainda seja uma solução a ser examinada pelo Governo brasileiro e pelas autoridades militares, porque a guarda armada, na rua, é proibida hoje. Só as autoridades da Polícia Militar podem se apresentar com armas. Incorporaram-se na Polícia Civil 400 homens e na Polícia Militar, cujos efetivos estão longe das reais necessidades, se adicionaram num ano 500 homens.

Iniciou-se a implantação do serviço de polícia feminina com

excelentes resultados, principalmente no trânsito em Curitiba e cidades do interior. Curitiba já tinha há tempos instalando-se um contingente em Londrina.

Agora uma nota ligeira sobre o campo econômico.

As ações orientadas para a valorização do homem pelo trabalho e de apoio ao pequeno trabalhador rural, foram tidas como de fundamental importância. Nos programas voltados para a agricultura, essa intenção ficou bem definida, tendo no Pró-Rural um grande impulso.

A regularização fundiária, a propriedade para o homem do campo, terras devolutas, terras do Estado que devem ser escrituradas ao lavrador foi ponto permanente de cuidado. Foram entregues títulos legais de 28.608 lotes rurais, totalizando 65.023 do quadriênio. Isso é de uma importância social extraordinária. Tornar o agricultor, o pequeno agricultor proprietário da terra. O homem que se torna proprietário da terra foge totalmente de todas as áreas de agitação e subversão social. Tenho experiência disso na Prefeitura de Londrina. Quando o homem, o trabalhador da Prefeitura tinha a sua casinha, a sua mentalidade mudava, ele era proprietário. Já era um homem mais prudente, mais reservado e com mais sentido da ordem social e da propriedade.

No setor industrial os programas estaduais beneficiaram preferencialmente as pequenas unidades do interior, através do Pro-Micro criado em 1979 e operacionalizado pelo BADEP foram financiados em 1982 698 micro-empresas. É o problema da pequena empresa que está reclamando e deve reclamar e nós precisamos voltar ainda muito mais atenção para as pequenas empresas. Em condições especiais de custo de dinheiro e de prazo de amortização, contribuindo para a criação de cerca de mil empregos.

Ainda na área industrial, na área energética, digo eu, de continuidade ao programa de eletrificação rural com 15.689 ligações. O Paraná não estava muito avançado na área de eletrificação rural. Outros Estados estavam bem adiante do Paraná. O Paraná está avançando neste sentido. A eletrificação rural, hoje no nosso Estado, está em expansão e é uma realidade. Com 15.682 novas ligações em 1982, elevando para 84.482 as propriedades atendidas além de 90 mil outras ligações residenciais, industriais e comerciais. Outro ponto também muito importante, é o da energia. Os esforços para substituição de derivados de petróleo por outras fontes alternativas de energia foram significativas. Fez-se esforço razoável no Paraná. As indústrias de cimento localizadas no Paraná, por exemplo, consumiram no ano de 1982, apenas 43.632 toneladas de óleo combustível. Isso foi possível graças à crescente utilização do carvão mineral, que atingiu neste ano 73% do consumo de energia pelas mencionadas indústrias de cimento, contra apenas 15% de substituição no ano de 1979.

Ainda na área de energia, importante destacar os avanços do PRÓ-ÁLCOOL; também avançamos bastante. Através das 14 destilarias de álcool em funcionamento, o Paraná tornou-se apto a produzir 388 milhões de litros por safra, gerando cerca de 19 mil empregos diretos nos 78 mil hectares, abrangidos por esta cultura.

O enquadramento de mais quatro destilarias autônomas, em acréscimo às doze que se encontram em implantação, será possível produzir 720 milhões de litros de álcool no Estado, a partir da safra de 1984 a 1985.

Na área de pavimentação: durante o exercício foram pavimentados 435 km de rodovias, totalizando 1.394 km no quadriênio que ora se encerra. Foram incluídos também, 51 km de estradas em revestimento primário, totalizando 244 km no quadriênio, bem como 638 km de melhorias em revestimento primário, na área de ação do PRÓ-RURAL. Prosseguem obras em 896 km de pavimentação e 496 km de rodovias com revestimento primário. É de se destacar, uma coisa muito importante, para o Norte do Paraná, e para Curitiba, é essa obra que nós

conseguimos reatar e reiniciar porque ela estava parada, paralisada, por falta de recursos, mas, para grande satisfação nossa, alegria nossa, nós conseguimos reatar, recomeçá-la. É de se destacar, como obra de grande repercussão, a continuidade que se deu à pavimentação da Estrada do Cerne, que esteve durante certo período paralisada. (Continua lendo): "A grande expansão da Rede Rodoviária Estadual nos últimos 10 anos, tem exigido, cada vez mais, recursos para sua conservação". O Paraná, nós temos que reconhecer, teve uma grande expansão rodoviária nos últimos 10 anos. Isso todo mundo sabe, e isto nós devemos aos Governos de Ney Braga, e aos Governos que antecederam a Ney Braga. (Continua lendo): "Em 1982, os gastos em conservação e manutenção de estradas, totalizaram o expressivo valor — manutenção — de 9 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, fora os recursos repassados aos municípios através do PRÓ-SAFRA. O PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS". Eu andei no interior, visitei o interior e me surpreendi com o programa de terminais rodoviários, ginásios de esporte e campos de aviação, pequenos e médios. Houve uma grande ação do Governo Ney Braga, neste sentido. (Continua lendo): "O programa de construção de terminais rodoviários de pequeno porte, com o propósito de oferecer atendimento decente aos usuários de transporte coletivo intermunicipal foi um dos pontos altos da administração em 1982. Por intermédio dessa iniciativa, foram entregues ao US, 56 terminais e iniciados 15 outros. Com igual finalidade, foram concedidos auxílios financeiros a 14 municípios. As Centrais de Informação de Fretes, já em sua fase de consolidação, atenderam 24.476 motoristas". Foi uma grande iniciativa, as Centrais de Informação de Fretes, que estabelece o controle e comunicação entre os motoristas e transportadores de cargas. (Continua lendo): "No campo das comunicações, as difusões de sinais de TV a todas as regiões do Estado, e a melhoria da qualidade de imagem recebida pelos usuários dos sistemas, continuaram a receber adequada atenção do Governo. No decorrer de 1982, foram colocadas em operação, 32 novas estações retransmissoras, e 9 repetidoras de sinais, elevando para 123 as estações em funcionamento, contra, apenas 15 existentes até 1978. Igualmente, o plano de expansão dos serviços telefônicos, teve o prosseguimento normal. Em consequência, a TELEPAR passou a atender 160 novas localidades em 1982, integrando 875 localidades no sistema telefônico". Olha, isso é um número notável. O Paraná tem 200 mil quilômetros quadrados e quase tudo está ligado por comunicação telefônica e DDD, das quais 293 e 125 com centrais DDI e DDD, respectivamente. Foram instalados 57.526 novos telefones, no exercício, elevando para 626.700 o número de aparelhos em funcionamento".

Isso tudo, meus Senhores, está nos relatórios dos Secretários, que se encontram nesse livro que vai ser distribuído amplamente, e já, hoje mesmo, faremos entrega aos Senhores Deputados.

Eu apenas fiz um relato aqui, para que os Senhores tenham idéia de que se trabalhou, porque o Estado se desenvolve muito, e a obra pública se dilui, não aparece com a evidência necessária.

Mas, houve um grande esforço, um grande trabalho, e os anos, principalmente os dois últimos anos, não foram fáceis. O último ano, o ano em que fui Governador, foi um ano ainda mais difícil, porque as exigências dos funcionários são muito veementes, eles estão organizados, e com justiça, reclamam vencimentos, salários, e a vida, de fato, está muito difícil, não há vencimento que chegue, que atenda satisfatoriamente às necessidades do homem. E, conseqüentemente, do funcionário, do servidor público.

Então, a pressão foi muito grande, fiz o que podia. Reconheço, vou aos supermercados e fico alarmado com os preços e lembro-me que há gente que ganha tão pouco e que, evidentemente, nem pode entrar nos supermercados. Vejo isso, porque

freqüente muito os supermercados, vejo gente pobre lá, mas também vejo que eles não passam nas áreas de laticínios e nas áreas de frigoríficos. Eles não têm acesso a essas áreas, dada a estreiteza, à pobreza de seus recursos. Isso tudo nos impressiona e nos comove. É por isso que procuramos, em 1982, fazer muita economia para que mais recursos chegassem a essas áreas mais pobres, mais humildes.

Mas, outras áreas reclamam. A Magistratura, por exemplo. A Magistratura reclama porque há muitos Estados na nossa frente. É um problema sério que temos que enfrentar. Porque a função de julgar exige completa proteção do julgador; completa tranqüilidade espiritual, completo amparo de sua família. E temos que dar a essa gente os recursos necessários a uma vida tranqüila, diga e capaz de lhes assegurar condições de julgamento justo, sereno, imparcial e independente.

Não vou encerrar minha Mensagem antes de dar uma nota pessoal, porque esta Mensagem ficaria muito fria, muito formal, se eu não dissesse alguma coisa da minha experiência de Governo. Já fui Prefeito, já fui Secretário, já fui Procurador do Estado, mas, agora, ser Governador é outra coisa. O Governador tem que ter uma capacidade de resistência formidável, porque as pressões são terríveis, e pressões de gente que se leva em consideração, gente amiga, gente que a gente deseja servir, resolver problemas. Mas, muitas vezes, os postulantes entendem que o Governador e o Presidente da República podem tudo. Eles não acham que o Presidente da República e o Governador são Poderes vinculados, presos à lei. E eu sou um homem da lei, com toda sinceridade. Nunca em minha vida — pelo menos conscientemente, em minha vida — saí da lei, mas a lei interpretada no sentido mais liberal possível, no sentido mais humano. A gente procura, dentro da lei, do sistema legal, o seu espírito, o que ela tem de construtivo, o que ela tem de humano, o que ela tem de solidário, no entendimento da convivência dos homens.

E, nesse sentido, adquiri uma grande experiência, porque o Governo dá à gente uma grande experiência; é uma luta muito grande para aplicar bem os recursos do Estado.

Então, vou dizer uma coisa: por exemplo, um ponto que me preocupava, é o soldado militar. O soldado, quando entrei, parece que ganhava Cr\$ 33.000,00. Eles tinham bom uniforme porque nós melhoramos também, o Ney melhorou, eu melhorei, nós melhoramos a contribuição para o fardamento, o uniforme; eles estavam bem uniformizados, mas, eu entrava no Palácio, e via aquele homem dando a guarda ao Palácio, ao Governo, aquele homem ganhando Cr\$ 33.000,00! Os Senhores imaginam que é uma coisa comovente! E a lealdade absoluta?! A gente não sente, na área militar, qualquer sentimento de repulsa às autoridades. Procurei melhorar um pouquinho — muito pouco — mas foi melhorado um pouco, eles estão bem vestidos, bem calçados. E entendi, também, que se devia dar ao soldado, uma melhor oportunidade para a expansão da sua individualidade. O que eu estou dizendo aos Senhores aqui, está fora da minha Mensagem; eu apenas estou relatando o que pensei e o que procurei fazer, e muita coisa não está feita, ainda, está em andamento. Mas, o soldado? O soldado, ele entra jovem, com 23 anos; passaram-se 30 anos, ele continua soldado; entra um rapaz, com 19, 20, 22 anos, e é soldado da mesma categoria daquele que tem 30 anos de serviço! Porque poucos vão a cabo e a sargento. Procurei então, sugerir ao Coronel Dirceu, se não seria possível fazer uma promoção entre os soldados, criarmos classes; e disse-me o Coronel que, a Mensagem está pronta. Eles dão um nome especial, lá, nome esse que eu não guardei bem, ainda hoje eu perguntei ao Coronel Dirceu, ele disse-me como é que os soldados vão ser distinguidos, enfim, eu poderia dizer que seria soldado de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes. Isto quer dizer que, o soldado, quando tiver 10 anos de serviço, estará acima daquele que vai entrar, com 20 anos ou 22. Imaginem um homem de 50 anos, na mesma posição de um soldado de 22 anos?! Não há estímulo! Ele precisa sentir-se mais acima! Procurei então, criar

esse tipo de promoção dentro da classe de soldado e parece que a Mensagem está pronta.

Fui à Academia de Guatupê que é uma grande Academia, dizem que é uma das maiores do Brasil; chegando lá, observei que, anseio geral, da oficialidade e dos alunos era, um ginásio de esportes - nós mandamos fazer o ginásio de esportes, e vamos inaugurá-lo dia 8. Isto é obra minha. Estou dizendo aqui, do meu período, pouca coisa. Vocês irão pensar:

“— Ah! No meio de bilhões, isso não é nada”.

Mas para se arranjar esse dinheiro, é difícil, para tirá-lo dos bilhões, quem tem que pagar o funcionalismo, é muito difícil.

Vamos terminar o ginásio de esportes. Parece-me que dia 8 será inaugurado e está bem bonito. E é um ginásio necessário à instrução e preparação do Oficial-Militar. E também, área de lazer de todos os soldados.

Polícia Civil, Polícia Rural:

Pensei, já, na Polícia Rural, mas combinei com o Secretário da Segurança e nós estamos fazendo esforço para reforçar os distritos, colocar nos distritos, destacamentos que se aproximem do meio rural. Mas, evidentemente, esses destacamentos policiais precisam estar bem aparelhados, com jeeps, com automóveis, para se locomoverem e atenderem bem as fazendas, as cooperativas, as máquinas de café, de benefício do algodão. Isto vai demandar esforço, e naturalmente o futuro Governo, observando que é bom, dará continuidade.

Outra coisa que me preocupou muito também, foi o problema do combustível:

Toda vez que há um crime e que a Polícia não persegue o criminoso, a gente recebe a notícia de que não tinha combustível. Isto é uma coisa terrível, muito desagradável. Tenho conversado com o Secretário, e a nossa orientação - aliás é uma orientação que temos procurado aplicar nos últimos dias, no último mês mas que naturalmente há de servir de sugestão para o futuro - a nossa orientação é no sentido de que, combustível, tem de ser totalmente do Estado,, não pode haver acordo com as Prefeituras para, troca de serviço em fornecimento de combustível, porque, as Prefeituras falham, e a Polícia, um órgão essencial à segurança, não pode ficar sem meios de locomoção imediata. Esta é uma posição minha, também. E as oficinas! Nós compramos carros. Em todo o interior há carros novos, mas em seis meses os carros estão estragados, danificados, estão necessitando de peças, reparos, consertos e é um problema, o problema das oficinas. Na Prefeitura de Londrina, acho que o Estado tem que ter oficinas regionais em combinação talvez com o Departamento de Estradas de Rodagem para que os veículos, afinal de contas, todos os equipamentos de transporte do Estado sejam cuidados nessas oficinas e isso demanda e vai exigir uma grande empresa talvez, uma grande estrutura administrativa para vencer este problema.

Outra coisa desafiante também, são os roubos e furtos de veículos. A gente fica envergonhado. De vez em quando chega lá um secretário meu, um funcionário de alta categoria. Parece que outro dia aconteceu com o Dalazen, com um outro funcionário do Estado, que teve o seu carro roubado, novinho e a gente fica envergonhado porque os carros são roubados, são alterados, são modificados e conduzidos e conduzidos para a fronteira, sem meios de combate a essa espécie de criminalidade. Esta prosperou, é forte e está nas mãos de grandes organizações criminosas e nós estamos impotentes. Estudamos com o Coronel, chefe da Segurança e temos um estudo para operação - fronteira. Existe a operação-fronteira, mas a operação-fronteira faz uma fiscalização por amostragem. Nós queremos interromper o tráfico do automóvel na fronteira do Brasil com os demais países da América do Sul. Fazer a inspeção individual e nesse sentido é o nosso estudo que eu acredito, deva ser prosseguido.

Conversando com o Secretário da Segurança, abordei,

também, o tema das oficinas mecânicas. Se os automóveis são furtados, são roubados, eles vão para algumas oficinas. Pedi então, ao Coronel que fizesse um levantamento completo das oficinas e inspecionasse as oficinas e ele criou para isso, um serviço especial incumbido exclusivamente de tratar de assuntos de roubos e furtos de automóveis, em Londrina, em Maringá, Umuarama, Ponta Grossa, Cascavel, Jacarezinho, Foz do Iguaçu e Pato Branco. Autoridades especiais para furtos de automóveis que atendam bem as partes e que se especializem a essa modalidade de crime.

Os Senhores sabem também, que a nossa Polícia criou a Operação Ouro Verde que foi uma experiência notável, notada no Brasil inteiro. A Operação Ouro Verde controla as marchas dos veículos que transportam principalmente café, o grande produto do Paraná. Ela está operando com excelentes resultados e com a cooperação dos transportadores.

Problema Penitenciário:

Os Senhores Deputados sabem perfeitamente que nós tivemos um motim na Penitenciária, um motim grave; eu estive lá e reconheço que nós temos que fazer muito na Penitenciária.

O que me surpreendeu na Penitenciária foi a guarda. Pensei que a nossa Penitenciária tivesse uma guarda especializada, mas não, a guarda da Penitenciária é a mesma guarda de um armazém. Um homem pobre, humilde que faz a guarda noturna de um armazém era praticamente este homem que se ocupava dos serviços internos da Penitenciária.

Evidentemente, esse homem não podia fazer um bom serviço. Houve a revolta, dizer que os presos se revoltaram contra a guarda, a guarda estava com medo não queria entrar lá, e com razão; verifiquei também que a segurança não era adequada. O que eu pensei, imaginei e dei os primeiros delineamentos para aplicação; foi uma guarda especializada. Criar cem homens de carreira especializados em serviço de penitenciária e entregar à Segurança, principalmente a um militar que é especializado. É o nosso propósito, é a nossa intenção.

Mas ainda quero comunicar aos Srs., que a força policial estava abrigada num prédio da penitenciária feminina que foi transferida, mas o prédio é excelente. A força policial estava abrigada ali e havia um excesso de preso na área masculina. Mandamos construir um alojamento para a Polícia Militar de acordo com o Secretário da Segurança e de acordo com o Comandante Dirceu. Esse prédio é um prédio modesto, mas está em construção e o Coronel Dirceu e o Secretário da Segurança me disseram que eles são bastante para abrigar quarenta soldados, o necessário para a proteção e segurança da Penitenciária.

Um problema também que me sensibilizou bastante foi o problema dos inativos. Quando assumi a Vice-Governança, saí de Londrina e lá morava um coletor muito bom, aposentado, um homem que conheci, com quem trabalhei muito como advogado, um homem muito sério, muito correto e ele disse-me que morava na casa do filho porque não dava o seu ordenado para viver independentemente. Ele disse-me que era inativo e mostrou-me a sua folha de pagamento, o seu contra-cheque, naquela ocasião ele ganhava Cr\$ 13.000,00 e eu impressionei-me com aquilo. Governador Ney Braga também já estava muito sensibilizado, havia um movimento geral de opinião em favor dos inativos, Ney melhorou a situação dos inativos, parece que lhes deu a letra da carreira inicial, já foi um excelente passo e eu mandei um projeto para a Assembléia agora recentemente, de processo gradual, um processo gradual que o Estado não tem recurso para fazer imediatamente, de equiparação do inativo ao ativo. Porque a coisa mais triste é você ir para a casa pensando que vai gozar de uma aposentadoria que lhe dê tranquilidade, bem-estar e o Sr. é surpreendido com uma situação aflitiva porque os recursos da aposentadoria não são suficientes.

Isto impressionou-me e eu mandei uma lei e naturalmente o futuro Governador e digo na Mensagem, ele pode recusá-la

fazer outra, recolher, como ele achar conveniente. Ele pode acatá-la, aceitá-la e pode aperfeiçoá-la; eu apenas cumpri um dever. Disse que ia estudar o assunto e estudei e senti-me no dever de reverter a Mensagem à Assembléia Legislativa.

Outro ponto que assumi comigo mesmo, uma grande responsabilidade, a reestruturação da Procuradoria Geral do Estado. Acho que o Estado precisa de uma estrutura jurídica formidável para defender os seus interesses. Segundo cálculos sem comprovação, o Estado deve pagar cerca de 50 bilhões em indenizações, desapropriações, escrituras de terras que não se efetivaram, é uma coisa insuportável. Acho que o Estado precisa de uma estrutura jurídica formidável. Então, mandei também um projeto da Procuradoria Geral do Estado, extinguindo 60 cargos, para reduzir a carreira e depois, se houver necessidade, ela vai ser ampliada.

Houve essa extinção, que acho necessária, mesmo como necessidade de fazer recursos para remunerar bem a carreira de Procurador Geral do Estado.

Outra coisa também que não pude fazer nada, mas tive muita angústia, para resolver os problemas de pessoal. Acho que o Paraná precisa de uma justiça administrativa. As decisões de questões de pessoal - aposentadoria, estabilidade, contagem de tempo - têm que ser feito por intermédio de uma justiça administrativa, órgão coletivo julgando e publicando as suas decisões para dar garantia de justiça e uniformidade.

Meus Senhores, é esta a minha contribuição à administração do Estado do Paraná.

Fiz um grande esforço para ajudar o povo, ajudar o Estado e para, afinal de contas, elevar o nível do Governo do Estado do Paraná. Dei neste tempo toda a dedicação, todo o tempo que tinha, não tive lazer, não viajei, conservei-me totalmente a serviço das responsabilidades que me cabiam. Sei que a hora do Brasil é muito difícil, temos que trabalhar muito, economizar muito e ter muito rigor e muita justiça para dar mais e mais bem-estar ao povo.

Fiz isto com muita alegria espiritual, porque não há sentimento mais nobre, não há sentimento que acalente mais o homem, a sua alma, o seu espírito, do que servir e deixar a marca da sua passagem pela Terra. Fiz o que estava ao meu alcance para governar bem, para fazer justiça e para ajudar o povo neste momento difícil da hora nacional.

Vou concluir, portanto, a minha Mensagem em poucas palavras. Mas antes agradeço a todos a presença e peço desculpas pelo desconforto da demora, mas eu tinha que dizer alguma coisa, tinha que ler alguma coisa, vim aqui - poderia ter mandado a Mensagem, pouparia os Senhores da presença, porque uma Mensagem é mais protocolar, é lida quase que na intimidade exclusivamente da Casa. Mas como compareci, senti-me na obrigação de dizer mais ou menos o que fizemos o Governador Ney Braga e eu nestes quatro anos e senti-me também no dever de dar a minha posição pessoal em relação a estes problemas todos do Estado: segurança, saúde, educação, justiça administrativa. Claro que fiz isto em ligeiras linhas, em breves palavras, mas os Senhores sentiram que sou um homem preocupado com a questão social e com o bem-estar do nosso Brasil, do nosso homem brasileiro.

Concluo com estas palavras!

Em todas estas e nas muitas outras realizações descritas nas páginas do relatório anexo, buscamos servir indistintamente à toda comunidade, dando amparo especial às unidades mais desprovidas de meios, mais necessitadas e menos preparadas para a luta da sobrevivência. Srs. Deputados, a partir de agora, o Brasil ingressa numa nova fase de consolidação da abertura democrática. Se isto é motivo de alento para nossos ideais, a persistência da crise econômica e tensões sociais estão a exigir de todos sacrifícios e esforços, principalmente dos mais fortes em favor dos mais fracos, a fim de que em clima de paz, definidos pelo estudo e debate, os rumos certos que hão de solucionar os

problemas brasileiros, todos se unam e caminhem seguros para a recuperação nacional.

Muito obrigado.(Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito que integre a Comissão anteriormente designada por Sua Excelência o Sr. Deputado Erondy Silvério.

Solicito que esta Comissão acompanhe Sua Excelência o Sr. Governador Dr. José Hosken de Novaes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, durante sua permanência no Palácio Dezenove de Dezembro.

Antes do encerramento, esta Presidência deseja consignar sua gratidão às autoridades militares, civis, eclesiásticas e demais pessoas presentes, pelo seu comparecimento que tanto brilhantismo deu a esta solenidade.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a sessão.

(É executado o Hino do Paraná).

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 97/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — exonerar MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Trajano Bastos, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 218/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário (50%) de seus vencimentos);

II — prover o mencionado funcionário para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo; e,

III — autorizar o já citado funcionário a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "XIX de Dezembro", em 08 de fevereiro de 1983

TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 137/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 234/79, que designou CELI EUCLEA GALLIANO, matrícula n.º 415, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1a. Secretaria, a partir de 09 de fevereiro de 1983.

II — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 127/81, que designou ARY NATAL CHEMIN, matrícula n.º 297, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1a. Secretaria, a partir de 09 de fevereiro de 1983.

(Protoc. n.º 1053).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 138/83

I — prover MARCO ANTÔNIO STRANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ivan de Azevedo Gubert; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1121).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 139/83

I — prover OSMAR MATTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ivan de Azevedo Gubert; e,

II — autorizar o mencionado funcionário, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1122).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 140/83

I — prover HÉLIO SILVA URSULINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1063).

Palácio "XIX de Dezembro", em 28 de fevereiro de 1983

TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 02/83

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

incluir na Portaria n.º 299/82, que constituiu Grupo de Trabalho, para a elaboração do Orçamento Geral do Estado e o Orçamento Plurianual de Investimentos, os seguintes funcionários: CLARICE FROIS DE MIRANDA, JOSÉ NAZARENO BRANDINI, HENRIQUE ANTÔNIO CREDIDIO, JOSÉ BARBOSA, PEDRO HUMBERTO ZANUSSO, JOÃO ALBERTO TREVI-ZAN FILHO, PEDRO HENRIQUE DORNELES, DACIBALDO DE QUADROS, HOSTÍLIO DIAS DE OLIVEIRA, WILSON GALANDO, BEATRIZ SILVA DO PRADO, TELMA BERGUERAN ALENCAR, GABRIEL QUESADA FILHO, MARINA CUNHA MARTINS, JANET DA SILVA SANTOS, FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, ERNESTO HANSEN CASTILHO, LUIZ LOSSO, ISRAEL ALVES PEREIRA, JOSÉ ARISTIDES LOUREIRO, HAROLDO DO NASCIMENTO, ALTAIR DA LUZ, MARIA MENEGUSSO, CELI EUCLÉA GALLIANO, ALAN MARCOS ANDRADE, SILVIO NEVES DA ROCHA, RUI FERNANDO TORELI PIRES, JORGE ASSAD MANSUR, MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, AFONSO BENEVENUDO SANVIDO, ZENY BARBOSA ANTANUCCIO, MARIA DE LOURDES SANTOS, SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO, MARIA TOZZONI, AYRTON PRECOMA, ANNI-BAL DUMONT, LÉA ZANON GRANEMANN, MIRIAN BORGES, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, ACIR VILLATORE, AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, LENI MENDES DA CUNHA, PAULINO DELAZARI, ARI NATAL CHEMIN, AGILEU CARLOS BITTENCOURT, NEREU ALVES DE MOURA, OSMAR DELAGASSA PASSOS, PAULO MARCELO SOARES DA SILVA, MARLENE APARECIDA DO VALE, MARIA DE FÁTIMA MACHADO DE ÁVILA, JOAQUIM ALBERTO DE CASTRO ESTEVES, SANTANA MARIA DE PAULA, ELMIRA LUIZA BAUER MONTECELLI, VICENTE AUGUSTO BRILHANTE, AYNED MARIA REINERT TIZOT, MARIA DE FÁTIMA BARROS DE ALBUQUERQUE, LUIZ CLEVER KUSTER, ERCELINDA MOREIRA, PAULO EDUARDO GRIPP, MARIA DOS PRAZERES MULLER, ACIR TEIXEIRA, SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, JONAS ZAMPIER, ALBERTO SAVOIA ASSEF, NILVA MARIA MORO, ODAHIR COSMOS, JOAQUINA LOURENÇO JOSE, LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, ALEXANDRE RADICHEWSKI, GILBERTO LAMPARELLI FILHO, MARIA DE LOURDES MALTAURO, JOSÉ ARY NASSIFF, CELSO

APPARECIDO DE CASTRO, JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA, DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, GLACY BELICH, MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL, EUTHÁLIA MARTINS DA SILVA, IRANI CARINI, WALDOMIRA DEMETERCO, JOGUIBE MANSUR, JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, FRANCISCO BUBNIAK, NEUSA OLÍVIA MELARA, MARLENE DE BRITO PERRONE, ODILON SANTOS, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO, RAUL WOLF, JOÃO MARTINS SOBRINHO, JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELLA, ALBINO SUDUL, MARCOS UNIGA, VALMOR MARCELINO, ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, GABRIEL LUIZ FRANCHESCHI, ANGELINA GARCIA PACHECO, IOLANDA GUIMARÃES MELLO DE CASTRO, LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, MARIA ELIZA MORO, DIVA DO VALLE CAVALCANTI, LUIZ DOUGLAS FERREIRA, EUMÊNIA DE OLIVEIRA TRICHES, RITA SOARES BERTOLI, IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA, CELSO ARAÚJO JÚNIOR, ANNA ROSA BELLO VIANNA, MAIR FAIR PERINE, PAULO SÉRGIO MULLER FARIA, WILSON PENKA, NELSON SILVIO SALLES, PAULINA SCHERNER SIMÕES, CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, HILZA DOS SANTOS LOPES, LUIZ FERNANDO FLORES, ALBINO DE BRITO FREIRE, ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS, JOÃO FARIAS, RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, LUIZ FERNANDO GOTTARDI, EMÍLIO MAURO BARBOSA, BERTOLDO SCHWARZBACH, LILIAN MARY REBELLO, MARIA ELISA REBELLO, LEONOR FIORI HILGERT, SIOMARA LOPES GOMIDE, AGAR LEILA GUIMARÃES, PAULO GREIFFO COUTINHO, LEONI CUBIS, ANTÔNIO JOÃO GREBER, JOSÉ ARY VALÉRIO, ALMIR SANTOS, DOROTI WOLMER LINHARES, MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, JOANNA DE BIÁSSIO CUNHA, MARILÚ FANCHER BECKER e ELDO GEVEZIER.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 38/83

lotar no Departamento Legislativo, o funcionário ADALBERTO DAROS, matrícula nº 347, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de fevereiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 73/83

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do parágrafo único, do Artigo 22, do Decreto Legislativo nº 187/80,

RESOLVE:

I — revogar o item IV, da Portaria nº 187/81, de 19 de março de 1981, que designou para comporem a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações — CAJL, os funcionários JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, DARCI ANTÔNIO BUDEL, ALBERTO SAVOIA ASSEF e ZENO PACIORNIK, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — revogar o item II, da Portaria nº 30/82, de 03 de março de 1982, que designou para compor a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, o funcionário ALMIR SANTOS, matrícula nº 059.

III — designar os funcionários SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO, REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, ZENO PACIORNIK, JONAS ZAMPIER e ANTÔNIO GULBINO, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para comporem a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de fevereiro de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA
DIRETOR GERAL